

Educação: Políticas, Estrutura e Organização 3

Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)

A B C

 **Atena**
Editora
Ano 2019

Gabriella Rossetti Ferreira

(Organizadora)

Educação: Políticas, Estrutura e Organização

3

Atena Editora

2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação [recurso eletrônico] : políticas, estrutura e organização 3 / Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Educação: Políticas, Estrutura e Organização; v. 3)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-304-0

DOI 10.22533/at.ed.040190304

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Currículo escolar – Brasil. 3. Educação – Pesquisa – Brasil. 4. Políticas educacionais. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II. Série.

CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Educação: Políticas, Estrutura e Organização – Parte 3” traz capítulos com diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo da educação.

A educação é uma atividade que se expressa de formas distintas, envolvendo processos que tem consequências nos alunos, possui métodos que precisam ser compreendidos; envolve o que se pretende, o que se transmite, os efeitos obtidos, agentes e elementos que determinam a atividade e o conteúdo (forças sociais, instituição escolar, ambiente e clima pedagógico, professores, materiais e outros) (SACRISTÁN, 2007).

O conceito de educação é inseparável do ente subjetivo que lhe dão atributos diferenciados. A educação é algo plural que não se dá de uma única forma, nem provém de um único modelo; ela não acontece apenas na escola, e às vezes a escola nem sempre é o melhor lugar para que ela ocorra. A escola deve estar pronta para atender a diversidade cultural, conduzindo a aceitação e o respeito pelo outro e pela diferença, pois se valoriza a ideia de que existem maneiras diversas de se ensinar e conseqüentemente diferentes formas de organização na escola, onde seja levado em consideração a complexidade da criação de um currículo que atenda o desafio de incorporar extensivamente o conhecimento acumulado pela herança cultural sem perder a densidade do processo de construção do conhecimento em cada indivíduo singular.

A escolaridade faz parte da realidade social e é uma dimensão essencial para caracterizar o passado, o presente e o futuro das sociedades, dos povos, dos países, das culturas e dos indivíduos. É assim que a escolarização se constitui em um projeto humanizador que reflete a perspectiva do progresso dos seres humanos e da sociedade.

Em uma escola democrática não há barreiras educacionais, eliminam-se a formação de grupos com base na capacidade dos alunos, provas preconceituosas e outras iniciativas que tantas vezes impedem o acesso e permanências de todos na escola, proporcionando um ensino de qualidade para todos, sem exclusão.

Gabriella Rossetti Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS E O PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: ENTRE A FALÁCIA E A CONCRETIZAÇÃO	
Marcos André Ferreira Estácio	
DOI 10.22533/at.ed.0401903041	
CAPÍTULO 2	16
A UTILIZAÇÃO DAS TIC POR PROFESSORES DE INFORMÁTICA COMO MEDIADOR DIDÁTICO: UM ESTUDO NAS ESCOLAS DO II CICLO DO ENSINO SECUNDÁRIO DA PROVÍNCIA DO NAMIBE-ANGOLA	
Santana Paulo Sango Bunga	
DOI 10.22533/at.ed.0401903042	
CAPÍTULO 3	32
“A VIOLÊNCIA ESCOLAR EM ESCOLAS ESTADUAIS DE BELÉM DO PARÁ”	
Gustavo Nogueira Dias Natanael Freitas Cabral Gilberto Emanuel Reis Vogado	
DOI 10.22533/at.ed.0401903043	
CAPÍTULO 4	43
A VISÃO DE DOCENTES DO ENSINO MÉDIO TÉCNICO SOBRE A EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NUMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR	
Soraia Corrêa Mercante Cristhiane Maria Bazílio de Omena Messias	
DOI 10.22533/at.ed.0401903044	
CAPÍTULO 5	51
A VISÃO DO HISTORIADOR PARA COM OS INTERESSES DAS CLASSES	
William Geovane Carlos	
DOI 10.22533/at.ed.0401903045	
CAPÍTULO 6	63
A VOZ DO PROFESSOR NA CONSTRUÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO	
Leda Belitardo de Oliveira Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.0401903046	
CAPÍTULO 7	78
ACESSIBILIDADE: IDOSOS E OS ESPAÇOS CIDADINOS DE SOCIABILIDADES	
Sheila Marta Carregosa Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.0401903047	
CAPÍTULO 8	92
ADOÇÃO E CINEMA: UMA ANÁLISE DOS FILMES INFANTIS	
Laura Azevedo de Assis Gilmara Lupion Moreno	
DOI 10.22533/at.ed.0401903048	

CAPÍTULO 9 109

ADOLESCENTES GRÁVIDAS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUTATIVA:
A EDUCAÇÃO PERINATAL ALICERÇADA NO DIÁLOGO, NA VIVÊNCIA E NA
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Êrika Barretto Fernandes Cruvinel
Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos
Nelma Santos Silva
Alessandra do Carmo Fonseca
Débora Augusta da Silva

DOI 10.22533/at.ed.0401903049

CAPÍTULO 10 121

ALFABETIZAÇÃO ACADÊMICA CONTRIBUIÇÕES DO MÉTODO DA LEITURA
IMANENTE

Ciro De Oliveira Bezerra
Laryssa Virgílio Pereira De Araújo
Rayssa Oliveira Do Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.04019030410

CAPÍTULO 11 130

ALIMENTAÇÃO NO ÂMBITO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL:
REALIDADE E DESAFIOS

Geovane César dos Santos Albuquerque
Tayanne Oliveira Rodrigues
Simone Braz Ferreira Gontijo

DOI 10.22533/at.ed.04019030411

CAPÍTULO 12 139

AMBIENTE VIRTUAL DE ENSINO E APRENDIZAGEM: INTENCIONALIDADE
PEDAGÓGICA, AFETIVIDADE E APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

Ana Lúcia de Souza Lopes
Marili Moreira da Silva Vieira

DOI 10.22533/at.ed.04019030412

CAPÍTULO 13 150

AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGENS NA DIDÁTICA DO ENSINO
SUPERIOR

Cleide Nunes Ferreira
Rosemary dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.04019030413

CAPÍTULO 14 155

AMÉRICA LATINA EM HOLLYWOOD: ELEMENTOS LATINOS EM “BIRDMAN (OU A
INESPERADA VIRTUDE DA IGNORÂNCIA)”

Bárbara Carvalho Medeiros Ramos
Mara Regina Rodrigues Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.04019030414

CAPÍTULO 15	158
ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DE ESTUDOS DE PERMANÊNCIA E ÊXITO E DE EVASÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Mariane Bezerra Nóbrega Rodrigo Leite Farias de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.04019030415	
CAPÍTULO 16	173
ANÁLISE DA INGESTÃO HÍDRICA E MONITORIZAÇÃO DA PROMOÇÃO DA HIDRATAÇÃO ADEQUADA EM MEIO ESCOLAR	
Dayane de Melo Barros Danielle Feijó de Moura Tamiris Alves Rocha Priscilla Gregorio de Oliveira Sousa Marton Kaique de Andrade Cavalcante Silvio Assis de Oliveira Ferreira Gisele Priscilla de Barros Alves Silva José André Carneiro da Silva Roberta de Albuquerque Bento da Fonte	
DOI 10.22533/at.ed.04019030416	
CAPÍTULO 17	180
ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DE MICHAEL WHITMAN APPLE PARA A EDUCAÇÃO LUDOVICENSE	
Raylina Maila Coelho Silva Helen Garrido Araújo Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.04019030417	
CAPÍTULO 18	187
ANÁLISE DO CAMPO CIENTÍFICO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA ESCOLAR NO BRASIL	
Ana Célia de Oliveira Paz Elói Martins Senhoras	
DOI 10.22533/at.ed.04019030418	
CAPÍTULO 19	199
ANÁLISE DO TEOR DE ÁLCOOL PRESENTE NA GASOLINA: UMA ABORDAGEM INVESTIGATIVA PARA O ENSINO DE QUÍMICA	
Anderson Florêncio da Silva Paloma Lourenço Silveira de Araújo Ana Paula Freitas da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.04019030419	
CAPÍTULO 20	208
ANALOGIA E MEDIAÇÃO DOCENTE NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE EQUILÍBRIO QUÍMICO	
Marcelo Dotti	
DOI 10.22533/at.ed.04019030420	

CAPÍTULO 21	223
ÂNGULOS NOTÁVEIS NOS LIVROS DIDÁTICOS: UMA ANÁLISE PRAXEOLÓGICA	
Jessie Heveny Saraiva Lima	
Jesirreila Melo Souza do Nascimento	
Acylena Coelho Costa	
DOI 10.22533/at.ed.04019030421	
CAPÍTULO 22	235
APLICAÇÃO DE APRENDIZAGEM TANGENCIAL NA DISCIPLINA DE ESTÁGIO IV NO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA	
Paloma Lourenço Silveira de Araújo	
Anderson Florêncio da Silva	
Ana Paula Freitas da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.04019030422	
CAPÍTULO 23	244
APPLICATION OF LUDDIC METHODOLOGY AS A FACILITATING TOOL FOR LEARNING ABOUT EPITHELIAL TISSUE	
Fabiana América Silva Dantas de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.04019030423	
CAPÍTULO 24	252
APRENDER E ENSINAR A CULTURA INDÍGENA: EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO CATU DOS ELEOTÉRIOS	
Karlla Christine Araújo Souza	
Guilherme Paiva de Carvalho	
Guilherme Luiz Pereira Costa	
DOI 10.22533/at.ed.04019030424	
CAPÍTULO 25	261
APRENDIZAGEM MUSICAL COMPARTILHADA NA PRÁTICA INSTRUMENTAL COLETIVA DE SAXOFONE	
José Robson Maia de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.04019030425	
CAPÍTULO 26	271
APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA EM QUÍMICA DO COTIDIANO: A BRIQUETAGEM COMO FERRAMENTA DIDÁTICA E DE CONSERVAÇÃO DA AGROBIODIVERSIDADE	
José Weliton Parnaíba Duarte	
Luciano Leal de Moraes Sales	
DOI 10.22533/at.ed.04019030426	
CAPÍTULO 27	279
APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA: USO DE MODELOS DIDÁTICOS PARA A COMPREENSÃO DOS GRUPOS VEGETAIS	
Djeane Kelly Souza Santos	
Djanine Flávia Souza Santos	
Hiago Machado Silva	
Ariane Ferreira Lacerda	
DOI 10.22533/at.ed.04019030427	

CAPÍTULO 28	286
ARCABOUÇO TEÓRICO SOBRE AS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS NA PERSPECTIVA DO LETRAMENTO EM ESPAÇOS INCLUSIVOS	
Jonas Martins Santos Wermerson Meira Silva Ronaldo Alves de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.04019030428	
CAPÍTULO 29	295
ÁREA DE REGIÕES ATRAVÉS DO GOOGLE MAPS UTILIZANDO POLINÔMIO DE NEWTON E CÁLCULO INTEGRAL	
Gilberto Emanuel Reis Vogado Pedro Roberto Sousa da Silva Gustavo Nogueira Dias	
DOI 10.22533/at.ed.04019030429	
CAPÍTULO 30	304
AS CORRELAÇÕES ESTABELECIDAS ENTRE OS COMPONENTES CONSIDERADOS NO CÁLCULO DO CPC DOS CURSOS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO ANO DE 2014	
Juliana Da Silva Dias Cassius Gomes De Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.04019030430	
CAPÍTULO 31	320
AS CORRENTES FILOSÓFICAS DO FORMALISMO E DO INTUICIONISMO ENQUANTO INFLUENCIADORAS NA ORIGEM DAS TENDÊNCIAS EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA	
Claudiene dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.04019030431	
SOBRE A ORGANIZADORA	328

ANÁLISE DO CAMPO CIENTÍFICO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA ESCOLAR NO BRASIL

Ana Célia de Oliveira Paz

Faculdade de Ciências, Educação e Teologia do Norte do Brasil (FACETEN), Boa Vista, RR
anaceliapaz2011@hotmail.com

Elói Martins Senhoras

Universidade Federal de Roraima (UFRR), Boa Vista, RR
eloisenhoras@gmail.com

RESUMO: A temática da gestão democrática escolar possui crescente relevância nos estudos científicos e na gestão das escolas em diferentes estados e municípios brasileiros, razão pela qual o presente artigo objetiva contribuir com um mapeamento e caracterização da produção científica ao longo do período entre 1990 e 2015 e dos grupos de pesquisa envolvidos. Por meio de uma pesquisa caracterizada metodologicamente como exploratória, descritiva e explicativa quanto aos fins e quali-quantitativa quanto aos meios, o artigo demonstrou que ao longo de quase quatro décadas, entre 1990 e 2015, houve uma clara estruturação e desenvolvimento de um campo científico autônomo e auto-referenciado sobre a temática de gestão democrática e escolar. Com base nos resultados obtidos na pesquisa conclui-

se que a temática de gestão democrática escolar possui um campo científico consolidado em função da maturação temporal de uma massa crítica de 12.118 pesquisadores e 44 grupos de pesquisa envolvidos assimetricamente em determinadas regiões e instituições de ensino superior no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil; campo científico; gestão democrática escolar; grupos de pesquisa; pesquisadores.

1 | INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas, a gestão escolar democrática vem sendo fruto de intensos debates, mas principalmente, sucessivos e históricos questionamentos. Persistindo daí as constantes discussões por uma efetiva democratização escolar, ganhando amplitude e destacando-se cotidianamente nos movimentos e discussões políticas e científicas uma agenda em prol de uma escola mais participativa, autônoma e de qualidade.

Na década de 1980, a gestão democrática nas escolas foi discutida sob a influência de um pensamento pedagógico crítico de natureza sócio construtivista¹ em um contexto de

¹ Esta concepção do conhecimento e da aprendizagem deriva principalmente das teorias da epistemologia genética de Jean Piaget e da pesquisa sócio histórica de Lev Vygotsky. Ela parte da ideia de que o homem não nasce inteligente, mas também não é passivo sob a influência do meio, isto é, ele responde aos estímulos externos agindo sobre eles para construir e organizar o seu próprio conhecimento, de forma cada vez mais elaborada.

demandas de liberdade e de redemocratização, pela qual passou o país na década de 1980, resultando na sua previsão legal dentro da própria Constituição Federal de 1988 (CASANOVA, 2012).

Na década de 1990, por sua vez, a gestão democrática escolar passa por uma ressignificação nos debates frente à difusão de ideias neoliberais por parte de diretrizes específicas de regimes internacionais de educação consolidadas em negociações multilaterais promovidas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Também, pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e pelo Banco Mundial (BM), o que resultou na sua previsão legal infraconstitucional em instrumentos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (FERNANDES; GENTILI, 2014).

Partindo da construção teórica do campo científico e da identificação de sua estruturação quanto ao perfil dos pesquisadores, dos grupos de pesquisa e dos programas científicos existentes, o objetivo do presente artigo é mapear e caracterizar o campo científico sobre gestão democrática escolar no Brasil por meio da análise da evolução da produção e de quem produz pesquisa no assunto.

A justificativa para o desenvolvimento do presente artigo reside na lacuna científica existente para caracterização do próprio campo científico de estudos sobre gestão democrática escolar, razão pela qual esta pesquisa se utilizou de uma revisão sistemática como procedimento de levantamento de dados primários e de uma análise hermenêutica, gráfica e geoespacial para caracterizar o perfil evolutivo da produção científica e dos pesquisadores e grupos de pesquisa envolvidos.

Tomando como referência o mapeamento e caracterização do campo científico da gestão democrática escolar no Brasil, este artigo foi estruturado, além da presente introdução e de últimas considerações à guisa de conclusão, em duas seções, as quais foram sequencialmente apresentadas pela identificação dos procedimentos metodológicos, bem como dos resultados e discussão.

2 | METODOLOGIA

O presente artigo fundamentou-se em uma pesquisa caracterizada como exploratória, descritiva e explicativa quanto aos fins, e, quali-quantitativa quanto aos meios, ao se utilizar de um método histórico dedutivo instrumentalizado por meio de uma revisão sistemática como procedimento de levantamento de dados, bem como de uma análise hermenêutica, análise gráfica e análise geoespacial como procedimentos de análise de dados.

Por um lado, a revisão sistemática por meio da plataforma *Google Scholar* foi

utilizada para caracterizar a evolução da produção científica sobre gestão democrática escolar no Brasil por meio da construção de um gráfico que tomasse como referência um duplo filtro, tanto, um recorte de objeto que se utilizou da combinação das palavras chave “gestão democrática” e “escola”, quanto, um recorte de periodização entre os anos de 1990 e 2015.

Por outro lado, a revisão sistemática desenvolvida na pesquisa, por meio da plataforma *Lattes* do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), foi construída para mapear não apenas o perfil do universo de 12.118 pesquisadores, mas também os 44 grupos de pesquisa oficialmente cadastrados que trabalham com a temática de gestão democrática escolar no Brasil.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A temática da gestão democrática escolar tem adquirido crescente relevância nas práticas escolares e nos debates científicos no Brasil em função dos marcos fundacionais de uma nova lógica democrática nas políticas sociais, incluída a Educação, construída desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 por meio dos conceitos de descentralização e de participação (BRASIL, 1998).

Com previsão no novo ordenamento constitucional de 1988, o tema da gestão democrática no sistema público de ensino se deslocou de uma posição marginal para o centro dos debates no país, repercutindo no surgimento de uma série de marcos normativos infraconstitucionais a partir da década de 1990, tal como a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996)* e legislação subnacional dos sistemas de ensino, o que crescentemente reverberou em estímulos para a constituição de agendas de pesquisa da comunidade científica nacional.

As repercussões normativas trouxeram consigo desdobramentos funcionais no desenvolvimento do campo científico de gestão democrática escolar de maneira incremental, o que pode ser comprovado pela identificação de uma trajetória de crescimento de publicações sobre a temática em três etapas, conforme dados recolhidos por meio de uma revisão sistemática que utilizou enfoque bibliométrico na plataforma científica *Google Scholar*².

2 A vantagem da utilização da plataforma *Google Scholar* como base de filtragem do universo de publicações científicas sobre gestão democrática escolar reside na capacidade bibliométrica de identificação quantitativa de um amplo universo de textos produzidos em livros, periódicos, congressos e portais científicos ao longo do tempo ao mesmo tempo em que permite uma identificação qualitativa e comparativa da relevância dos textos em função de existir um *ranking* de citações para cada um deles.

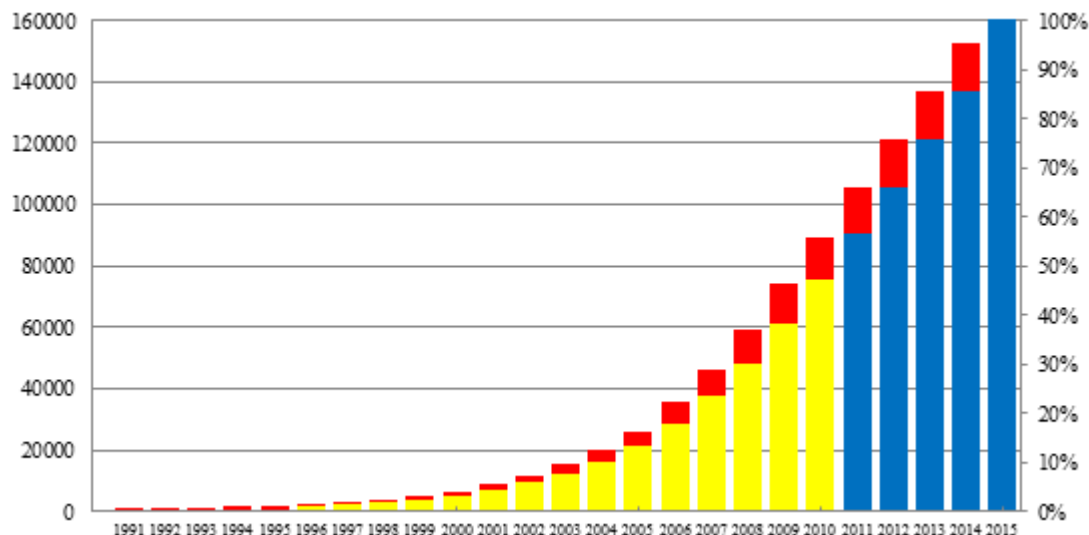


Gráfico 1 – Evolução das publicações sobre gestão democrática escolar

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Plataforma Google Scholar (2018).

A evolução da produção científica em língua portuguesa sobre a temática de gestão democrática escolar passou por três momentos de aceleração crescente, os quais podem ser visualizados no gráfico 1 nos anos de 1990, 1996 e 2011 por três momentos de inflexão, o que repercutiu em um padrão de crescimento exponencial que ficou marcado, inicialmente, por um baixo número de publicações produzidas por ano (média de 203 textos por ano entre 1990 e 1995), passando por uma aceleração a uma taxa crescente no número de publicações (média de 4.923 textos por ano entre 1996 e 2010), até chegar ao momento atual com um volume elevado de produções, porém a uma taxa decrescente de aceleração (média de 12.220 textos por ano entre 2011 e 2015).

Em razão da análise gráfica desenvolvida para caracterizar de maneira sistemática o campo científico de gestão democrática escolar no Brasil surge a compreensão de que ele pode ser apreendido por fases compreendem, respectivamente, os estágios de estruturação, crescimento e maturação em razão das taxas de crescimento absoluto e das taxas relativas de aceleração na produção das publicações:

1. Na primeira fase (1990-1995), o campo se estruturou de maneira embrionária com um baixo número de publicações que eram limitadas ao ativismo na pesquisa de um restrito número de autores que viriam a se tornar clássicos nas fases posteriores;
2. Na segunda fase (1996 a 2010), o campo científico passou por franca expansão em razão da diversificação dos autores e do aumento significativo do número absoluto de publicações a uma taxa média de aceleração ao ano 24 vezes

maior em relação à taxa da primeira fase;

3. Na terceira fase (2011 a 2015), o campo científico já consolidado por um significativo número de pesquisadores e de grupos de pesquisa caracteriza-se em um período de maturação com um elevadíssimo número de publicações anuais, porém que aumentam a uma taxa de aceleração decrescente, passando a ser 2,5 vezes maior em relação à segunda fase.

A evolução temporal da produção científica sobre gestão democrática escolar no Brasil demonstra que ao longo de quase quatro décadas, entre 1990 e 2015, houve uma clara estruturação e desenvolvimento de um campo científico autônomo e auto-referenciado em uma rápida periodização que teve a capacidade de aglutinar os interesses de uma comunidade científica nacional para determinados focos temáticos de pesquisa.

A pesquisa sobre gestão escolar democrática enquanto fenômeno empírico pode ser apreendida em sua materialização concreta como um processo temporal em função das suas características sistêmicas em termos de geração, difusão e reconhecimento por parte da própria comunidade científica.

Este sistema empírico de materialização das pesquisas sobre gestão democrática escolar no país pode ser analisado no Brasil por meio de dois instrumentos complementares que partem de uma percepção micro dos principais pesquisadores que influenciam a temática até se chegar a uma percepção macro da evolução institucional das pesquisas em termos qualitativos e quantitativos.

Por um lado, o primeiro instrumento de caracterização fenomenológica do campo científico de gestão democrática escolar se fundamenta em um levantamento dos atores que compõem a comunidade científica especializada, o que propiciou neste estudo identificar as suas especificidades à luz de um mapeamento comparativo da distribuição assimétrica do poder no país.

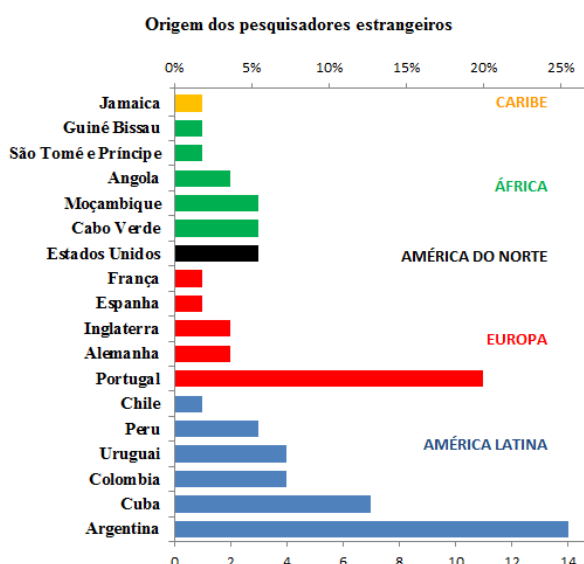
A partir da extração de dados realizada na *Plataforma Lattes* do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), plataforma esta de integração de informações curriculares de pesquisadores, de grupos de pesquisas e de instituições de ensino e pesquisa, foi possível identificar o currículo de 12.118 pesquisadores cadastrados que trabalham direta ou indiretamente com a temática de gestão democrática escolar.

No universo de 12.118 pesquisadores que compõem a comunidade científica de estudos em gestão democrática escolar no Brasil, a ampla maioria é de brasileiros em contraposição a uma participação minoritária de apenas 64 pesquisadores de origem estrangeira, o que corrobora inicialmente para uma apreensão de que o campo científico de estudos sobre gestão democrática escolar no país desenvolveu uma agenda com conteúdo claramente nacional reflexiva ao contexto pós constitucional de 1988 e com baixo grau de internacionalização da pesquisa.

Ao longo de quase quatro décadas, a comunidade científica de estudos em

gestão democrática escolar no Brasil registrou um rápido crescimento que repercutiu em um amplo universo de pesquisadores no ano de 2015, no qual praticamente 1/3 dos atores possuem capacidade de liderança das agendas de pesquisa que estruturam o campo científico, já que em números absolutos 4.345 pesquisadores são doutoras ou doutores que potencialmente trabalham com 7.773 outros pesquisadores que possuem apenas titulação de mestrado, especialização ou graduação, ou ainda, são estudantes de graduação ou de **pós-graduação *stricto sensu*** (mestrado e doutorado).

Na comunidade científica de pesquisadores que trabalham com a gestão democrática escolar no Brasil, observa-se que há um adensamento nacional das redes de pesquisa originadas pelos pesquisadores doutores e de seus alunos dos próprios estados e de outros estados, bem como há a participação de pesquisadores estrangeiros, os quais representam um diminuto número de 64 atores que predominantemente se inserem em sua maioria como alunos de pós-graduação ou professores em instituições de ensino superior no Brasil (gráfico 2).



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: CNPq (2018).

Quando se analisa a origem dos pesquisadores estrangeiros que atuam no Brasil com a temática de gestão democrática escolar existe a identificação de um elevado número de alunos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) que são oriundos da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e da América Latina e Caribe em razão de uma proximidade cultural e da disponibilidade de bolsas do tipo PEC-PG financiadas pelo Brasil dentro de uma política de cooperação sul-sul (SENHORAS; SILVA NETO, 2014).

Por sua vez, os pesquisadores que se inserem na comunidade científica de gestão democrática escolar na condição de professores em instituições de ensino superior no Brasil possuem uma origem que é, tanto, marcada de maneira concentrada por países como Argentina e Cuba em uma periodização que remonta a redemocratização na década de 1980, quanto, balizada de maneira mais diversificada por países europeus

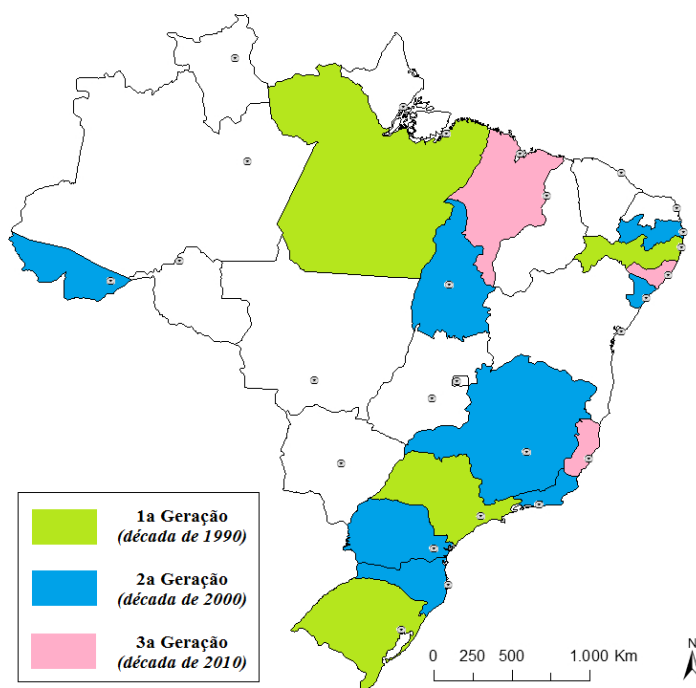
e os Estados Unidos desde a década de 1990, incluindo-se neste caso as participações estrangeiras de professores visitantes no Brasil.

Por outro lado, o segundo instrumento de visualização sobre o fenômeno empírico da pesquisa sobre gestão democrática escolar é apreendido pela caracterização temporal da evolução dos grupos de pesquisa no país, a qual funcionalmente possibilitou identificar a existência de três marcos históricos de periodização à luz do ciclo evolutivo das produções geradas no campo científico.

Tomando como base de dados a *Plataforma Lattes* do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o presente estudo realizou um procedimento de extração de informações sobre os grupos de pesquisa que trabalham com a temática de gestão democrática escolar, resultando na identificação de 44 grupos de pesquisa existentes em território nacional no ano de 2015.

O atual quadro de 44 grupos de pesquisa sobre a temática de gestão democrática escolar é oriundo de uma gradual evolução institucional das agendas de pesquisa que foram sendo estruturadas ao longo de três gerações que debateram e refletiram sobre as concepções ideais e materiais para a introdução da temática na realidade brasileira a partir do marco normativo fundacional previsto para as escolas públicas na Constituição Federal de 1988.

A evolução geracional dos grupos de pesquisa foi institucionalizada por uma distribuição socioespacial assimétrica à medida que eles se desenvolveram em apenas 15 estados brasileiros a partir de uma lógica de círculos concêntricos, com um núcleo principal e difusor de estados localizado nas regiões Sul e Sudeste *vis-à-vis* aos raios marginais de estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (mapa 1).



Mapa 1 – Evolução geracional dos grupos de pesquisa sobre gestão democrática escolar por estado brasileiro

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: CNPq (2018).

Na primeira geração de grupos de pesquisa sobre a temática de gestão democrática escolar que surgiu no país, a década de 1990 foi o marco de periodização na produção embrionária de pesquisas institucionalizadas e construídas pela articulação de uma rede articulada de pesquisadores e estudantes presentes em apenas 4 grupos com enfoques próprios e endógenos.

A característica desta primeira geração foi a construção de uma discussão relativamente sincrônica engendrada por quatro grupos focais de pesquisa presentes em instituições de ensino superior dos estados do Rio Grande do Sul (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS), São Paulo (Pontífice Universidade Católica de Campinas – PUC-Camp), Pernambuco (Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP) e Pará (Universidade Federal do Pará).

Na segunda geração de grupos de pesquisa, houve um *boom* na produção científica sobre gestão democrática escolar na década de 2000, uma vez que 22 novos grupos de pesquisa se desenvolveram com agendas de pesquisa dialógicas que viriam consolidar uma comunidade científica auto-referente.

Tornou-se característico desta segunda geração um padrão de difusão dos grupos de pesquisa a partir de um perfil concentrado de influência das regiões Sul e Sudeste, uma vez que dos 22 novos grupos de pesquisa, mais da metade teve origem naquelas regiões concentrados do capital intelectual da primeira geração, sendo 4 grupos do Rio Grande do Sul, 4 de Minas Gerais e 5 de São Paulo.

Na terceira geração de novos grupos de pesquisa que trabalham a temática de gestão democrática escolar, a década de 2010 apresenta uma periodização ainda aberta que já pode ser caracterizada por um momento de maturidade ou estabilidade na taxa de crescimento à medida que nos cinco primeiros anos surgiram 18 novos grupos de pesquisa que em sua maioria surgiram em estados com presença de grupos pré-existent.

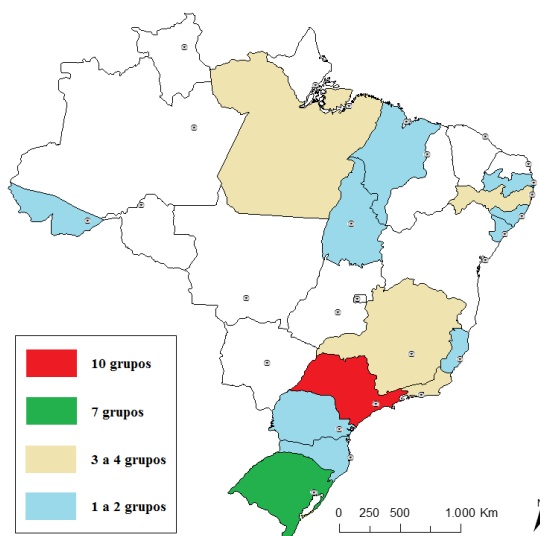
No universo dos 18 novos cursos, a lógica da produção científica em gestão democrática escolar fundamentada nos círculos concêntricos das regiões Sul e Sudeste não apenas é reforçada, mas também ampliada em razão do surgimento de 5 grupos na região Sul e 8 grupos na região Sudeste em comparação a 6 grupos das regiões Norte e Nordeste.

Com base na análise da evolução dos novos grupos de pesquisa registrados na Plataforma Lattes surge a advertência de que em muitos estados - incluídos aqueles da região Centro-Oeste onde a gestão democrática escolar possui materialidade empírica - a pesquisa sobre a temática muitas vezes é madura e referenciada nacionalmente em razão do papel de determinados pesquisadores, porém sem estar necessariamente vinculada a grupos de pesquisa dos estados ou instituições de ensino superior de origem.

Feitas estas considerações, observa-se que a distribuição dos grupos de pesquisa no Brasil possui uma clara assimetria de poder no campo científico, uma vez que em muitos estados nem mesmo existem grupos, conforme se pode observar no

mapa 2, enquanto, em outros estados das regiões Sul e Sudeste determinados grupos fortalecidos ao longo do tempo passaram a adquirir uma relevância e capilaridade nacional, com a participação de pesquisadores de outros estados ou mesmo países.

Não resta dúvida de no campo de poder da comunidade científica que os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul são referenciais nas discussões sobre gestão democrática escolar, justamente por possuírem o maior número de grupos de pesquisa (17 conjuntamente) com forte capilaridade nacional e internacional, já que concentram pesquisadores bolsistas de produtividade, qualificam pesquisadores de outras localidades por meio de programas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e contam com programas de atração de pesquisadores exógenos por meio de estágios de pós-doutorado ou cadeiras de professores visitantes.



Mapa 2 – Distribuição

dos grupos de pesquisa no Brasil

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: CNPq (2018).

Juntamente com os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, vale destacar que corroboraram na totalização dos 44 grupos de pesquisa existentes no Brasil as formações ativas de 3 grupos de pesquisa nos estados de Minas Gerais e Pernambuco, bem como de 4 grupos de pesquisa no Pará e Rio de Janeiro, além da emergência de um a dois grupos de pesquisa em instituições de ensino superior dos estados de Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Maranhão, Tocantins e Acre.

Mais além da assimetria existente na espacialidade da distribuição dos grupos de pesquisa em gestão democrática escolar no Brasil, observa-se conforme o gráfico 3A que a origem institucional destes grupos também é assimétrica, uma vez que há uma participação majoritária de 79% de Instituições de Ensino Superior (IES) de natureza pública federal e estadual em contraposição a uma participação privada minoritária de apenas 21% (gráfico 3A).

Embora os grupos de pesquisa de instituições privadas representem um corpo menor na comunidade científica nacional, destaca-se que 50% deles estão localizados na região, destacadamente no estado do RS, enquanto os demais grupos estão presentes nas regiões Sudeste e Nordeste, o que demonstra a ausência de contribuições na pesquisa de instituições privadas das regiões Centro-Oeste e Norte do país (gráfico 3B).

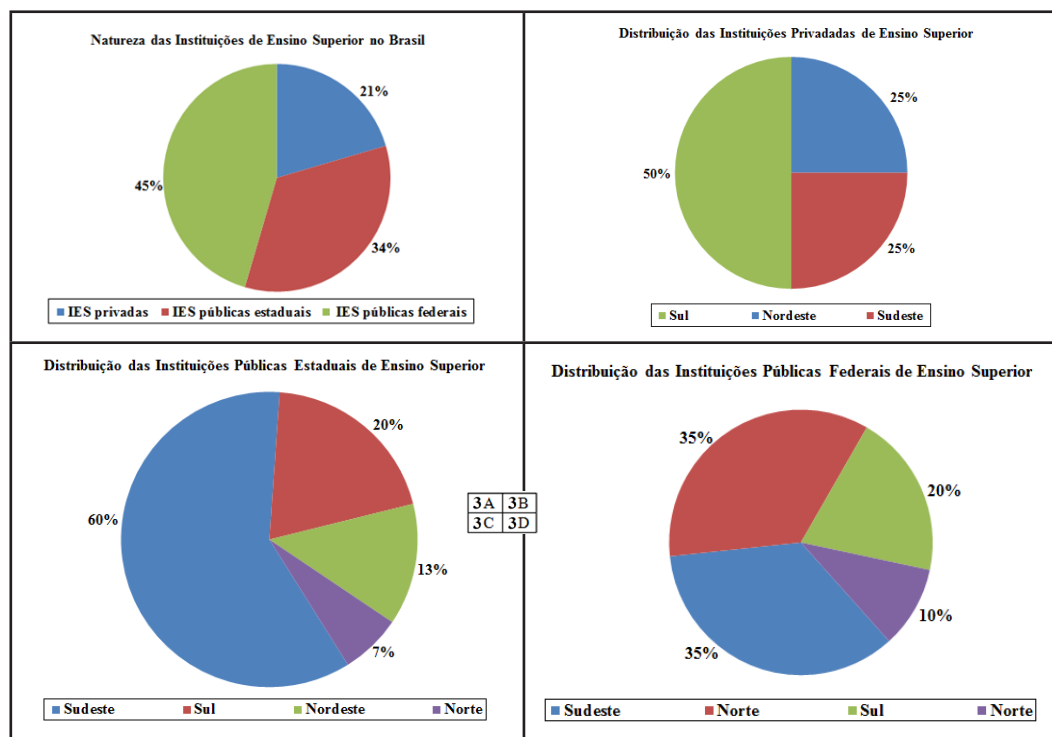


Gráfico 3 - Perfil dos grupos de pesquisa sobre gestão democrática escolar

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: CNPq (2018).

Quando analisadas os grupos de pesquisa de instituições públicas estaduais percebe-se uma baixa representação de apenas 20% para os estados da região Norte e Nordeste (gráfico 3C), em contraposição a uma acentuada concentração de 80% nas regiões Sudeste e Sul, com um destaque especial àqueles grupos de pesquisa sobre gestão democrática escolar oriundos das universidades estaduais paulistas, os quais representam 33% do universo total, muito em função do papel do maior volume diferencial de recursos de financiamento por parte Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Por sua vez, quando analisada a distribuição dos grupos de pesquisa sobre gestão democrática escolar nascidos em instituições federais de ensino superior, observa-se menor assimetria regional, em parte, devido ao papel transversal das agências de fomento federal como a CAPES e o CNPq em território nacional. Neste contexto, a região Sudeste persiste concentrando 35% dos grupos de pesquisa presentes em instituições federais de ensino superior, tal como a região Norte com o mesmo percentual, em contraposição às participações menores de 20% dos grupos na região Sul e apenas 10% na região Nordeste (gráfico 3D).

A despeito das assimetrias e especificidades existentes nos grupos de pesquisa que trabalham direta ou indiretamente com o tema de gestão democrática escolar existe um perfil médio que pode ser retirado dos dados coletados na *Plataforma Lattes* que permite caracterizá-los quanto ao funcionamento organizacional, ao perfil dos participantes e às prioridades e temas trabalhados.

4 | CONCLUSÕES

A pesquisa sobre gestão escolar democrática enquanto fenômeno empírico pode ser apreendida em sua materialização concreta como um processo temporal em função das suas características sistêmicas em termos de geração, difusão e reconhecimento por parte da própria comunidade científica.

Este sistema empírico de materialização das pesquisas sobre gestão democrática escolar no país pode ser analisado neste artigo por meio de dois instrumentos complementares que partiram de uma percepção micro dos principais pesquisadores que influenciam a temática até se chegar a uma percepção macro da evolução institucional das pesquisas em termos qualitativos e quantitativos no Brasil.

O primeiro instrumento de caracterização fenomenológica do campo científico de gestão democrática escolar se fundamentou em um levantamento dos atores que compõem a comunidade científica especializada, o que propiciou neste estudo identificar as suas especificidades à luz de um mapeamento comparativo da distribuição assimétrica do poder no país.

O segundo instrumento de visualização sobre o fenômeno empírico da pesquisa sobre gestão democrática escolar foi apreendido pela caracterização temporal da evolução dos grupos de pesquisa no país, a qual funcionalmente possibilitou identificar a existência de três marcos históricos de periodização à luz do ciclo evolutivo das produções geradas no campo científico.

Conclui-se com base nestas discussões que a caracterização da agenda de pesquisa em estudos de gestão democrática escolar no Brasil demonstrou que os significativos avanços registrados nas últimas duas décadas na construção do conhecimento científico aconteceram em função de uma clara concentração da produção científica em poucos grupos de pesquisa, em determinados estados, em um número restrito de instituições e principalmente tomando como referência alguns autores que se tornaram clássicos e que acabaram influenciando a trajetória evolutiva das discussões.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 23/07/2018.

BRASIL. **Lei Federal n. 9.394, de 20 de dezembro 1996**. Brasília: Planalto, 1996. Disponível em <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10/07/2018.

CASANOVA, M. A. R. **Educação para a cidadania socioambiental**: estudo numa escola pública estadual do ensino fundamental do município de Curitiba, PR. Dissertação (Mestrado em Educação). Curitiba: UFPR, 2012.

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Plataforma Lattes**. Disponível em <www.lattes.cnpq.br>. Acesso em: 01/07/2018.

FERNANDES, F. S.; GENTILINI, J. A. “Planejamento, políticas públicas e educação”. **Cadernos de Pesquisa**, vol. 44, n.153, julho-setembro, 2014.

GOOGLE. **Plataforma Google Scholar**. Disponível em <www.scholar.google.com>. Acesso em: 01/07/2018.

SENHORAS, E. M.; SILVA NETO, T. A. “Diplomacia e paradiplomacia educacional brasileira no contexto da ciência, tecnologia e inovação”. **Revista Mundorama**, vol. 86, setembro, 2014.

SOBRE A ORGANIZADORA

Gabriella Rossetti Ferreira - Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Mestra em Educação Sexual pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Realizou parte da pesquisa do mestrado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL). Especialista em Psicopedagogia pela UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados - Polo Ribeirão Preto. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Agência de Fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Atua e desenvolve pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade, Formação de professores, Tecnologias na Educação, Psicopedagogia, Psicologia do desenvolvimento sócio afetivo e implicações na aprendizagem.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0921188314911244>

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-304-0

